

Organização socioespacial e mobilidade residencial na Região Metropolitana do Recife, PE

*Lívia Izabel Bezerra de Miranda**

Resumo

Na Região Metropolitana do Recife, a estrutura socioespacial evidencia um padrão de segregação enraizado na permanência de uma estrutura agrícola, concentradora de terra e de poder. Este trabalho apresenta um estudo sobre a localização de categorias socioocupacionais no espaço metropolitano recifense. A localização dos grupos ocupados no território metropolitano evidencia o rompimento do padrão de crescimento centro-periferia, que vinha se consolidando nos anos 80; realça a importância e a diversidade dos tipos socioocupacionais agrícolas, ligados à resistência e transformação do rural em urbano; e confirma a forte tendência a precarização das relações de trabalho e o adensamento das localizações residenciais em áreas de interesse social.

Palavras-chave: desenvolvimento urbano; metropolização; segregação.

Abstrat

In Recife's Metropolitan Area, the social-spatial structure shows a segregation pattern deeply rooted in a permanent agricultural frame, which concentrated land and power. This paper presents a study about the allocation of social-occupational categories in Recife's Metropolitan Area and shows a rupture of the traditional center-periphery growth pattern, typical of the eighties. In addition, it highlights the importance and diversity of agricultural social-

* Lívia Izabel Bezerra de Miranda é arquiteta e urbanista, educadora da ONG Fase-Solidariedade e Educação e coordenadora do Observatório de Políticas Públicas e Práticas Socioambientais. E-mail: lianda@terra.com.br

occupational types, linked to resistance and to the transformation of rural areas into urban areas, and confirms the strong trend towards ever-growing precarious employment relationships and dwelling in social concern slum areas.

Key-words: *urban development; metropolization; segregation.*

Nas últimas décadas, a urbanização brasileira generalizou-se e o perfil urbano tornou-se mais complexo. Em diferentes escalas, os sistemas urbanos interligam-se tanto pela intensificação quanto pelo arrefecimento do nível de atratividade na metrópole. Atualmente, esses processos vêm mais rapidamente readaptando situações “pretéritas”, criando inovações e aglutinando, simultaneamente, distintas formas espaciais¹ decorrentes da coexistência de atividades com níveis diferenciados de capital, tecnologia e organização do trabalho.

As metrópoles brasileiras concentram população e ficam cada vez mais pobres e desiguais. O crescimento da pobreza urbana produz formas econômicas menos modernas, dotadas de menor dinamismo e com menor peso na contabilidade estatística do crescimento econômico. As PNADs confirmam o crescimento do terciário informal na maioria dos grupos metropolitanos brasileiros entre as décadas de 80 e 90, contexto que Melo (1995, p. 253) denominou “metropolização da pobreza” e Santos (1993, p. 9) “involução metropolitana”.²

Bacelar (2000) ressalva que parte do terciário também é moderno, composto pela oferta de serviços de ponta para mercados regionais, nacionais e internacionais. Esse é o caso do Recife, por exemplo, que vem exibindo um desempenho significativo nos serviços especializados (informática, comércio de importação, serviços médicos e de formação) para o mercado regional. Santos (1994), nesta perspectiva, realça a presença dos “territórios de ciência”, como re-

¹ As formas espaciais não são manifestações puras de forças sociais profundas. Elas são produtos contingentes da articulação dialética entre ação e estrutura. (Harvey, 1992)

² Armstrong e Mcgee (1968) prepuseram o sentido de “involução metropolitana” para nomear a invasão de praxis rurais no meio urbano em virtude das numerosas e brutais correntes migratórias provenientes do campo. O que Mário Lacerda de Melo (1978) chamou de “ruralização da cidade”. Santos (1993), ressignifica o termo, que é utilizado para ressaltar a precariedade das relações socioeconômicas da metrópole da atualidade.

sultante da adição de informação à parte do território, criando os “espaços inteligentes”, a outra parte permanece excluída, conformando “espaços opacos”, segregados pela cada vez mais distante possibilidade de inclusão social. Assim, o horizonte do planejamento torna-se mais estratégico e seletivo, procurando potencializar os “territórios de ciência”. Os investimentos públicos favorecem setores competitivos em escala local, nacional e global e preparam espaços “estrategicamente” selecionados para constituir pólos de atração de investimentos empresariais de setores modernos da economia. Por outro lado, a redemocratização pós-constituição vem acompanhada por uma pressão pela constituição alternativa, mediante políticas públicas, de inclusão social para a grande massa de excluídos.

O desenvolvimento urbano no âmbito capitalista estrutura-se num contexto de tensão entre diferenciação e homogeneização do espaço. Apesar do maior alcance dos padrões impostos pelas redes hegemônicas de âmbito mundial, deve-se relativizar os impactos da globalização sobre os processos espaciais em função de seu caráter seletivo nos processos de implantação de sistemas globais, quando alguns espaços são escolhidos, por determinados períodos, para se tornarem *locus* de investimentos, enquanto muitos outros permanecem à margem. Se, nesse contexto, é possível perceber a reprodução de espaços com características semelhantes é também, e contraditoriamente, perceptível um processo contínuo de diferenciação/complexificação do espaço construído.

O duplo movimento diferenciação/homogeneização decorrente dos interesses e das articulações e conflitos em diversas escalas, entre classes, frações e grupos sociais, está expresso na distribuição desigual de investimentos, de capital e da infra-estrutura social no espaço. Além disso, resulta também da inevitável justaposição/cominação dinâmica de diferentes “formatos” e etapas de desenvolvimento associados à intrínseca capacidade de resistência e caráter cumulativo das organizações espaciais e estruturas passadas (“rugosidades”).

Na Região Metropolitana do Recife, a estrutura socioespacial evidencia um padrão de segregação enraizado na permanência de forte estrutura agrícola concentradora de terra e de poder, que reproduz também os hábitos de estreita convivência entre setores socialmente

muito distantes, mas geograficamente muito próximos. A economia recifense é bastante diversa, predominando os setores de comércio e serviços. A informalidade reúne mais de 55% da população ocupada. As atividades industriais são persistentes, mas é o turismo que constitui um dos setores econômicos com maiores potencialidades, fazendo convergir significativos investimentos.

O baixo nível de renda das famílias residentes na região condiciona precárias condições habitacionais nas áreas populares e nas favelas. No Recife concentram-se 44% dos chefes com rendimentos da RMR: isso representa 60% dos rendimentos dos chefes. Os 40% restantes distribuem-se pelos 13 municípios; 30% no núcleo central (Jaboatão, Olinda e Paulista) e somente 10% é a soma dos rendimentos dos chefes nos 10 municípios restantes.

Desigualdades socioespaciais na apropriação dos espaços intrametropolitanos

A desigualdade é traço histórico e dominante da estrutura social brasileira, a sua inscrição territorial é assunto complexo envolvendo as estratégias de acesso ao solo e à moradia mediadas por condicionantes jurídicos e de formação e dinâmica do mercado imobiliário. Esses condicionantes transformam-se no decorrer da história, mas o fazem num ritmo lento, conquanto as decisões individuais ou familiares de localização residencial ocorrem no tempo curto de uma vida. A desigualdade, nessa escala de tempo, remete às diferenças existentes entre os meios políticos e econômicos reunidos num dado momento da vida pelas famílias e os indivíduos para se libertarem parcialmente desses condicionantes.

Exemplificando, é fato que se o mercado imobiliário formal exclui do acesso ao solo e à moradia amplos segmentos da sociedade urbana brasileira, esses encontraram na indefinição jurídica da posse da terra, seja por ser de Marinha, seja por ser de propriedade incerta, soluções para, por meio de ocupações, invasões ou transações no mercado informal, assentar-se em locais não necessariamente periféricos.

Haveria então, com base nessas duas observações, um tratamento específico a ser dado ao conceito de segregação residencial no contexto brasileiro. Essa tarefa torna-se ainda mais difícil quando se constata que, em outros contextos nacionais, o debate não chegou a conclusões plenamente satisfatórias quanto à extensão e aplicabilidade de um conceito de grande apelo político. Até que ponto uma aplicação demasiada extensiva do conceito de segregação não o tornaria inócuo, mascarando sob a mesma denominação fatos bastante diferentes e dificultando a identificação de meios políticos adequados à luta contra processos claramente segregativos?

Numa coletânea intitulada *La Ségrégation dans la Ville* (Brun e Rhein, 1994), pode ser observado que o conceito de segregação residencial é aceito com menos restrições na abordagem sociológica, explanada por Yves Grafmeyer (in *ibid.*, pp. 85-117): que na abordagem geográfica de Jacques Brun (in *ibid.*, pp. 21-57). Ambos constataam a extensão do uso do termo segregação além dos seus limites originais. Brun (1994) lembra que a origem da palavra se refere a uma ação mais do que a um resultado: etimologicamente “colocar uma rês fora do rebanho”. Insista no “caráter essencial da noção” enquanto prática voluntária opondo um ator responsável a um sujeito que a ela está submetido. Para esse autor, a segregação é “uma prática deliberada consistindo em relegar uma fração da população à distância das zonas de habitat ocupadas por categorias mais favorecidas” e vincula-se, portanto, à idéia de discriminação e das práticas desenvolvidas para a fazer valer. Se essas são facilmente descritas na literatura anglo-saxônica, com base em categorias étnicas ou religiosas culminando na formação de guetos nos quais foram encerrados grupos discriminados, o mesmo não pode ser constatado em outros contextos.

Brun (*ibid.*) analisa criticamente a evolução do uso da noção de segregação, ressaltando que, em se ampliando, tornou-se cada vez mais vaga e polêmica: é fato que as causas profundas da discriminação relevam ao mesmo tempo da desigualdade, na qual um grupo social é considerado inferior por outro, e do medo que o primeiro inspira ao segundo, levando este a práticas de autoproteção. Até que ponto pode-se qualificar de segregação a periferização da classe operária, considerada perigosa, tal como ocorreu nos subúrbios das cidades

européias, especialmente após a Comuna de Paris? E pode-se considerar as práticas de autoproteção dos segmentos abastados das cidades brasileiras como uma auto-segregação, esquecendo que se trata de uma escolha voluntária diferente dos efeitos da discriminação a qual estão submetidos grupos inferiorizados, conforme a acepção estrita da palavra segregação? Em suma, a segregação poderia ser “espontânea” sem perder o seu sentido político?

O debate se torna ainda mais complexo, quando Brun (ibid.) constata que a noção original de segregação, apartando um grupo social a ela submetida, não implica necessariamente em distância espacial: “Uma coabitação a pouca distância, ou mesmo uma vizinhança funcional podem ser acompanhadas pela existência de barreiras sociais entre as mais rígidas, por exemplo, no regime de castas ou na escravidão”. A produção da arquitetura dos prédios e apartamentos com as partes sociais e de serviço ilustram cabalmente essa observação, mesmo se o presente estudo não pretende trabalhar nessa escala. Mas precisa acautelar-se quando, por extensão da noção de segregação, dá-se um *status* central ao espaço geográfico para não confundir periferização e segregação, atribuindo um papel também central à distância. Esta, sem sombra de dúvida, torna a vida mais difícil para quem não pode pagar o preço dos deslocamentos, reduzindo possibilidades de escolha do trabalho e oportunidades de acesso aos serviços de educação, saúde, lazer e centros de compras. Redução das oportunidades e, às vezes, até exclusão tornam legítimo o uso da noção de segregação para qualificar tais localizações residenciais em periferias longínquas? O fato de a cidade, na sua expansão, não produzir integração, mas exclusão, seria suficiente para justificar o uso extensivo da palavra segregação?

No caso desta pesquisa, Brun (ibid.) chama a atenção para a necessidade dessa cautela

(...) quando se examina sobre um mapa os limites entre tipos de composição da população e ainda mais as modificações desses limites. Com efeito, a cartografia, somando o peso da imagem à autoridade da análise estatística, corre o risco de levar à reificação dos artefatos que são esses limites e suas modificações. Em que condições se está no direito de os interpretar enquanto testemunhas de processos

segregativos? E, na escala de cidades inteiras ou de aglomerações, quando se trata, além dos casos extremos, como aquele de uma franca oposição entre conjuntos territoriais apresentando cada um uma estrutura social específica e bem delimitados espacialmente, de casos opostos caracterizados por estruturas pouco diferenciadas e sem clivagens espaciais bem demarcadas, pode-se falar de segregação mais ou menos forte sem esvaziar a noção do seu sentido, sem a reduzir a uma metáfora.

Essa advertência pretende tão-somente lembrar o risco de um uso demasiado extensivo da noção de segregação socioespacial e, fazendo isso, perder de vista um objetivo com implicações na ação política: o de identificar práticas intencionais, normas e processos mesmo desigualmente codificados e institucionalizados que operacionalizam a discriminação, em especial nas políticas públicas, e, efetivamente, segregam grupos sociais: uma identificação oportuna quando, na sociedade brasileira, se debate a “discriminação positiva”.

Não se pretende, com estas breves considerações, resolver tão complexa questão conceitual. Admite-se que a sociologia faça uso mais livre da noção, conforme se pode observar no texto de Yves Grafmeyer (in Brun, 1994), que também destaca o caráter polissêmico e ambíguo da palavra segregação desde que se procure tratar das “relações entre os fenômenos sociais e os espaços nos quais estão necessariamente inscritos”. Como Brun, o sociólogo observa que se passou de uma noção inicialmente vinculada a uma ação a uma noção que pretende dar conta de um estado, mapeando as divisões sociais inscritas no espaço. Nessa passagem, o resgate da noção de segregação estaria ligado à condenação, em “sociedades dominadas por valores de igualdade”, de diferenciações socioespaciais tais que se tornaria impossível a mistura entre diversos grupos, ameaçando a dinâmica de construção de ligações entre diferentes e a própria construção da cidadania na busca do direito à cidade. A segregação abrange então “as oportunidades desiguais de acesso aos bens materiais e simbólicos ofertados pela cidade”.

Para a sociologia,

(...) a localização residencial está concebida como a tradução material de lógicas coletivas que, além da questão da proximidade e da distância entre grupos, remete à questão dos seus lugares respectivos numa dada estrutura social ou nas relações de força que atravessam e configuram o mundo social. (Ribeiro, 2000)

Em suma, diferentemente da geografia, a sociologia faz uso do espaço como de um suporte para desvendar essas lógicas coletivas. Para a geografia, o espaço é inseparável dessas lógicas, sendo segundo Santos “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (1996). Esse caráter indissociável explica por que, para os geógrafos, o uso da noção de segregação é bem menos extensivo que para os sociólogos: ficaria limitado àquelas ações intencionais discriminando grupos sociais e os levando à redução das oportunidades de fazer uso com certo grau de liberdade dos objetos ofertados pela cidade. Também torna-se mais clara a advertência de Brun (1994), quanto ao risco de reificação dos limites observados no espaço através da imagem cartográfica e da análise estatística, levando o pesquisador a dissociar e dotar de autonomia esses objetos por ele criados, seguindo determinados procedimentos técnicos para, na busca dos processos sociais de diferenciação espacial, esfacelar “o quadro único no qual a história se dá” (Santos, 1993). Se a desigualdade social se inscreve no espaço geográfico assim conceituado, produzindo diferenciações socioespaciais e redução, podendo chegar à negação do direito à cidade para determinados grupos sociais, a simples cartografia dessas não permitiria o uso extensivo da noção de segregação socioespacial, senão após a identificação do caráter intencional de práticas discriminatórias vitimando alguns grupos sociais e autorizando a superpor nesses casos diferenciação e segregação.

No âmbito de uma investigação de porte nacional, agregando pesquisadores de formações diversas, o debate pode ser profícuo. Remete-se, ao lado dessas breves considerações, à análise aprofundada

da noção de segregação residencial desenvolvida no campo da Sociologia e da Política Urbana por Luiz César de Queiroz Ribeiro.³

Como Brun, face às ambigüidades da noção de segregação, aplicada no caso dessa pesquisa aos espaços geográficos das aglomerações metropolitanas brasileiras, constata-se que

(...) está aberto um vasto canteiro de trabalho transdisciplinar, cujo objetivo é transferir os desafios a serem enfrentados do campo da ideologia para o da teoria e inicialmente para o da investigação, começando por um reexame crítico do vocabulário e das noções.⁴

Este esforço é pertinente e oportuno quando se multiplicam mapas da exclusão, da pobreza, de índice de desenvolvimento humano e alguns deles, além de serem ferramentas de análise, passam a nortear políticas públicas e direcionamento territorial dos investimentos públicos.

Traços estruturais e vetoriais da metropolização recifense

O processo de metropolização do Recife, como vimos anteriormente, inicia-se nos anos 50, embora a sua origem institucional seja posterior, de 1973. Atualmente, a mancha de urbanização é espraiada e contínua de forma tentacular. Com área de aproximadamente 321 Km² (12% do território metropolitano), extrapola limites municipais, irradia-se nas áreas da periferia e franjas.

É a partir dos anos 60 que a histórica estrutura axial, policêntrica e periférica da Região Metropolitana do Recife se consolida. Nos anos 70, o seu crescimento transbordou, havendo a conurbação com os municípios periféricos. Podemos identificar como vetores dessa configuração:

³ *Segregação residencial e políticas públicas: análise do espaço social da cidade na gestão do território*. Manuscrito para a OPAS fornecido pelo autor às equipes de pesquisa em 2003.

⁴ Id., *ibid.*, nota 3.

1. A implantação de distritos industriais ao longo das rodovias;
2. Desenvolvimento dos transportes rodoviários;
3. A construção de grandes conjuntos habitacionais através do Sistema Financeiro da Habitação.

Essas redes espraiaram o espaço urbano metropolitano, deixando incompletas muitas “áreas intersticiais”; algumas tornaram-se objeto de especulação; incrementaram, ainda, os índices populacionais municipais, ampliando a abrangência das responsabilidades em termos de políticas sociais e de infra-estrutura básica.

A construção de um padrão socioespacial disperso

Foi a partir dos anos 70 que o processo de urbanização, tanto do ponto de vista quantitativo quanto do ponto de vista qualitativo exibiu significativas mudanças. As políticas governamentais de estruturação do espaço urbano, implementadas em escala nacional, desenharam aglomerações metropolitanas espraiadas, pautadas no planejamento em um padrão centro-periferia de desenvolvimento urbano. A Política Nacional de Habitação caracterizou-se pela construção de grandes conjuntos habitacionais em espaços periféricos. O Plano Nacional de Saneamento ampliou as redes de abastecimento d'água e, ainda que parcialmente, as de esgotos. A implantação de parques industriais e importantes investimentos em redes viárias e sistemas de transportes ampliaram a escala territorial metropolitana.

Segundo Melo (1995, p. 168), parte significativa da produção formal de habitações no Brasil, entre 1979-80, foi executada com a participação de financiamentos concedidos pelo Sistema Financeiro de Habitações (SFH), cerca de 47%, e os investimentos públicos em saneamento atingiram metade do PIB. O capital local se especializa em órbitas não industriais: promoção imobiliária, construção civil e atividades industriais de intermediação financeira.

A ruptura do modelo

Nos anos 80, o aprofundamento da crise fiscal marca o esgotamento do desenvolvimentismo estatal, redefinindo o formato de financiamento das políticas urbanas. A extinção do Banco Nacional de Habitação, BNH, no final de 1986, e do Sistema Financeiro de Habitação, SFH, marcaram o ápice do colapso das políticas de desenvolvimento urbano e habitacional, acarretando uma dependência maior de financiamentos internacionais das agências multilaterais (FMI, BID, BIRD). As altas taxas de inflação impulsionam uma forte demanda por empreendimentos imobiliários como forma de reserva de valor para os setores de média e alta renda da sociedade. Nessa conjuntura, os investimentos imobiliários concentraram-se nas atividades de construção residencial, paralelamente nas áreas centrais e periféricas.

Expressivas mudanças também ocorrem na morfologia social brasileira, acentuando as desigualdades. O modelo centro-periférico assume características diversificadas: a resistência de populações pobres para se manterem em áreas centrais e a impossibilidade para muitas famílias de se habilitarem aos requisitos de renda para ter acesso à habitação subsidiada conservaram práticas de autoconstrução em ocupações irregulares em áreas centrais. Esses movimentos tornam-se mais evidente quando analisamos o incremento populacional na escala intrametropolitana (Quadro 1). Analisando o caso do Recife, observamos que se verificou uma alta mobilidade do centro para a periferia nos anos 70. Nos anos 80, a população da região já é igual, em números absolutos, à população da capital: 85% dos habitantes que migraram do Recife localizaram sua residência em Jaboatão, Olinda e Paulista. Esse movimento deve-se principalmente à implantação de distritos industriais e de grandes conjuntos habitacionais. Nas últimas duas décadas, o número de habitantes metropolitanos ultrapassou o de residentes na capital, embora o crescimento do Recife tenha voltado a ser expressivo.

Quadro 1 – População da região metropolitana do Recife 1940-2000

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Recife	342.740	533.844	788.336	1.060.701	1.203.899	1.298.229	1.421.947
Demais municípios da R.M.R.*	225.858	322.432	472.139	761.426	1.203.208	1.621.650	1.805.671
TOTAL	568.598	856.276	1.260.475	1.822.127	2.407.107	2.919.979	3.227.618

* R.M.R.: Cabo, Igarassu, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, São Lourenço da Mata, Itamaracá, emancipado em 1962 de Igarassu, Itapissuma, emancipado em 1982 de Igarassu, Abreu e Lima, emancipado em 1982 de Paulista, e Camaragibe, emancipado em 1982 de São Lourenço da Mata.

Censos demográficos
1940 a 2000 - IBGE

Fonte: Observatório PE. Apostilas do Programa de Capacitação para Conselheiros Municipais. (Recife, FASE, 2001, mimeo)

Estrutura espacial da diferenciação socioocupacional na Região Metropolitana do Recife: os anos 70 e a diferenciação socioocupacional

O Censo de 1980 foi realizado antes da crise da dívida de 1982. Nas Regiões Metropolitanas do país, estavam em pleno vigor as políticas públicas de implantação de distritos industriais, de saneamento (Planasa), de obras públicas viárias e de construção de conjuntos habitacionais. No entanto, em 1979, as COHABS passam a instituir programas alternativos de habitação popular, Programa Promorar, reconhecendo a necessidade de urbanização *in loco* de assentamentos populares autoconstruídos. A dinâmica demográfica durante a década de 70 caracterizava-se pela redução da taxa de mortalidade associada à manutenção de altas taxas de natalidade, gerando, como foi visto acima, grandes incrementos populacionais em municípios do entorno da capital.

No contexto local, as enchentes dos anos 75 e 76 geraram respostas imediatas: construção, para reassentar os flagelados, de vilas nas colinas ao sul do Recife, limítrofes de Jaboatão dos Guararapes, logo acompanhada de loteamentos clandestinos; investimentos públicos do DNOS para retificar rios e construção de barragens sobre o Rio Capibaribe, a montante da capital, com a dupla finalidade de controlar as enchentes e de incrementar o sistema de abastecimento

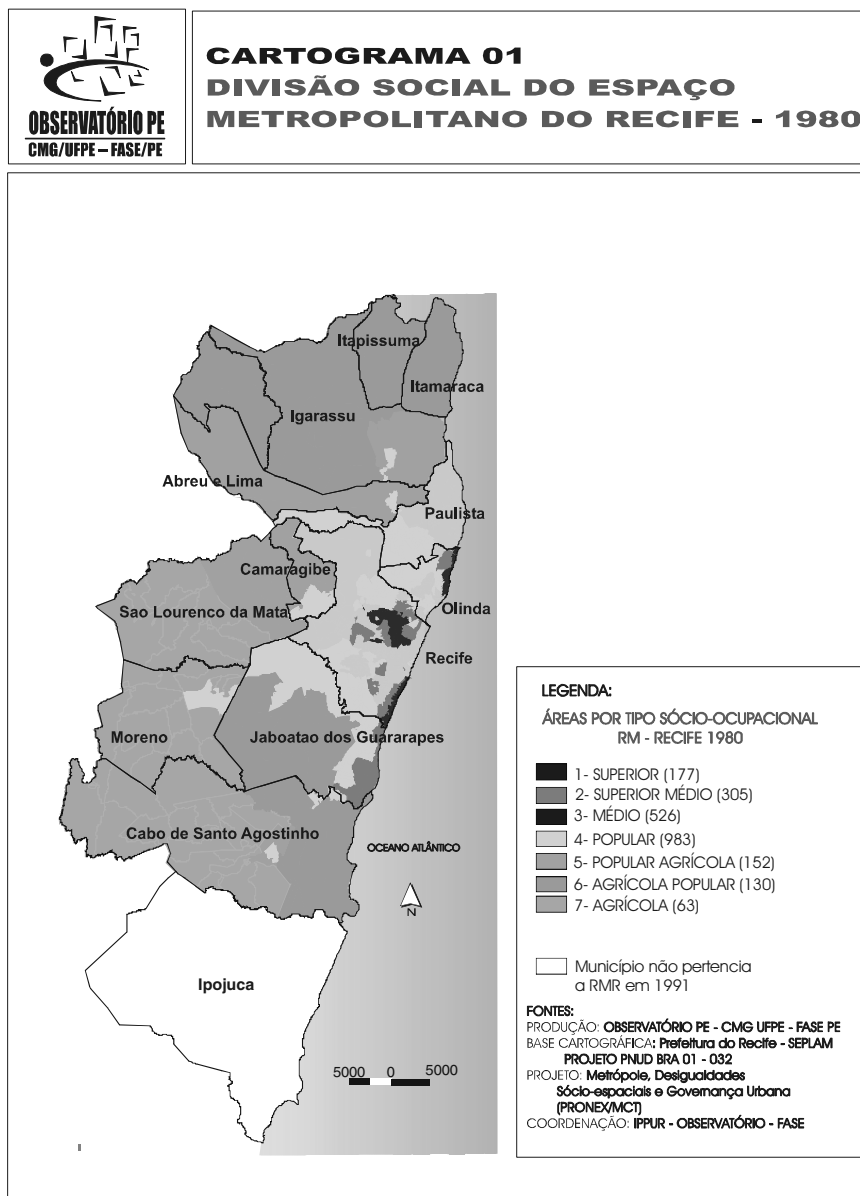
d'água. Os investimentos em obras viárias prosseguiram: estava em fase final a construção da estrada de contorno do Recife (BR 101) e na Zona Sul também se concluía a terceira avenida paralela ao mar, conquistada sobre os alagados (Av. Domingos Ferreira); a 1ª Perimetral tinha sido inaugurada entre Olinda e Boa Viagem, com uma nova ponte de acesso ao bairro, que concentrava os investimentos imobiliários e comerciais e onde se abria em 1980 o primeiro *shopping center*. A sul de Boa Viagem, os loteamentos da orla marítima de Jaboatão dos Guararapes começavam, com acessos facilitados, a se valorizar, mas sem sinais ainda de verticalização. No litoral norte, em Olinda, os bairros de Casa Caiada e Jardim Atlântico, a sul do grande conjunto habitacional de Rio Doce, estavam sendo construídos. Mas o litoral de Paulista guardava um aspecto bucólico, apenas servido por uma estrada não revestida. Na periferia da mancha urbana, os proprietários dos engenhos e usinas, que tinham vendido terras para construção de conjuntos periféricos (Maranguape em Paulista), estavam animados pelo Proalcool, que garantia bons retornos à atividade agrícola.

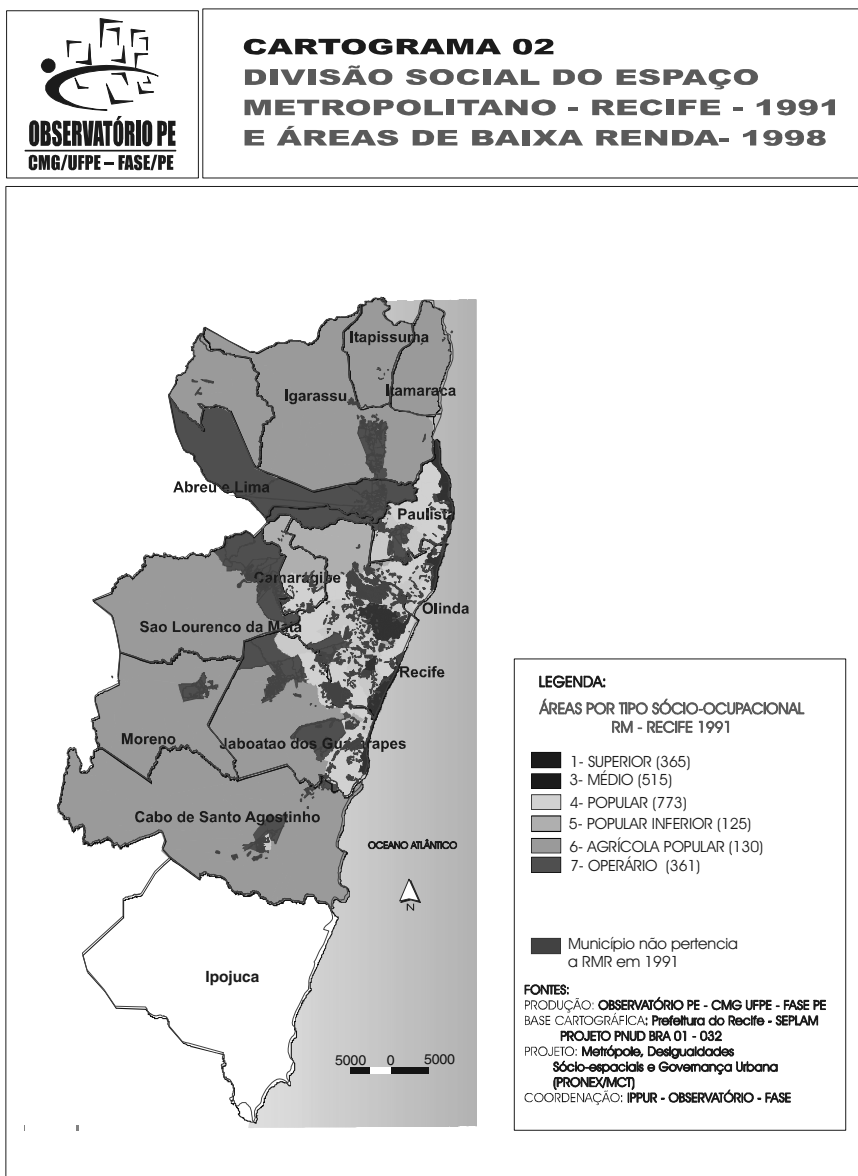
Mas a época conhecia grandes embates no contexto da liberalização iniciada pelo regime militar. Nas colinas da Zona Norte, onde o processo de ocupação sem obras públicas de infra-estruturas comemorava trinta anos, a luta dos moradores para a posse da terra (Terra de Ninguém) recebia o auxílio do Movimento Justiça e Paz. Outros embates ocorriam perto do centro da cidade, para garantir a permanência das famílias moradoras do Coque, perto do Viaduto da 1ª Perimetral, de onde o papa e Dom Helder Câmara discursaram em 1981 sobre a pobreza urbana. O Banco Mundial tinha patrocinado no Recife um encontro internacional sobre o mesmo tema, em 1978. Sediado no mestrado de Desenvolvimento Urbano, recém-instalado para formar técnicos para o planejamento metropolitano, esse encontro, bem como as possibilidades abertas pelo Promorar e as pressões do movimento popular em ascensão, chamava a atenção dos letrados sobre a problemática do direito à cidade por parte das famílias sem recursos. Mas, em meio ao Planejamento Urbano, estruturado na Fidem, que elaborava planos metropolitanos consoantes com as diretrizes nacionais, dominava ainda o discurso do caos gerado pela migração rural-urbana.

O principal resultado do estudo em 1980 reside na sua capacidade de revelar a importância e diversidade dos tipos ligados à resistência e transformação da franja rural da Região Metropolitana: tipos Agrícola (7), Agrícola Popular (6) e Popular Agrícola (5). O que os distingue é o peso relativo dos indivíduos ocupados em atividades agrícolas e em atividades industriais, com destaque para a construção civil, a indústria tradicional e, também, os prestadores de serviços não especializados. No tipo popular agrícola, esses predominam sobre os agricultores; no tipo agrícola popular, a predominância desses é bem marcada e se torna exclusiva no tipo agrícola. A sul e sudoeste da Região Metropolitana, predomina o tipo agrícola em contigüidade com a Mata Sul. O mar de morros com seus canaviais e sua estrutura fundiária em engenhos e usinas ocupa grande parte do território metropolitano. A sudeste, o tipo agrícola popular expressa uma maior ligação com profissões urbanas, devendo-se levar em conta também as maiores dificuldades de delimitação de áreas homogêneas em espaços de contato entre o rural e o urbano. A norte, o caráter menos exclusivo da cana-de-açúcar, característica da Zona da Mata Norte, se expressa pela predominância do tipo agrícola popular. Mas ali também pequenos centros urbanos foram agregados às áreas rurais por necessidade estatística, o que pode explicar o caráter mais diversificado da composição ocupacional.

Estrutura espacial da diferenciação socioocupacional em 1991

É possível observar algumas mudanças importantes na caracterização da diferenciação socioespacial da Região Metropolitana do Recife. Podemos observar a configuração de dois tipos socioocupacionais que não se constituíram na análise de 1980: o popular inferior (5) – caracterizado pela predominância de operários do terciário, secundário e trabalhadores da sobrevivência, que, junto com as categorias populares, conquistam espaços no centro e na periferia; o operário (6) – que pode ser identificado em torno das sedes dos municípios periféricos e distritos industriais implantados nas décadas anteriores, nas áreas norte, oeste e sul da RMR.





A proximidade entre pobres e ricos na RMR é umas das fortes referências de sua estrutura socioespacial e se confirma na configuração expressa em 1991. A pouca distância geográfica e a enorme distância social evidencia-se quando cerca de 42% dos 900 mil ocupados metropolitanos registrados no Censo de 1991 compunham a categoria “popular”, que conquista espaço tanto no centro quanto em áreas de expansão urbana e periferias rurais não agrícolas, onde se expande também a segunda residência para os segmentos de média renda. Entre os tipos populares e populares inferiores, continuam se destacando as empregadas domésticas, embora apareçam em menor número absoluto que em 1980 e os ambulantes, que tiveram um considerável crescimento, em torno dos 40%. O tipo superior médio desaparece (1). Enquanto o tipo superior (2) chega a 10% do total de ocupados em 1991, e observa-se a expansão do espaço dessa categoria na Orla Sul e Norte. A sul de Boa Viagem, os loteamentos de Jaboatão dos Guararapes se valorizam e verticalizam, conurbando-se ao Recife. No litoral norte, em Olinda, a urbanização expande-se ao litoral de Paulista. Na sua composição, continuam a se destacar as categorias ocupacionais de elite com o peso predominante dos empregados de nível superior. O Mapa de áreas Pobres elaborado pela Fidem em 1998, sobreposto ao mapa de tipos socioocupacionais de 1991 mostra que mesmo nas áreas habitadas pelas elites é significativa a proporção de assentamentos populares.

Outra modificação significativa é a transformação do agrícola (7) em agrícola-popular (1) e popular agrícola (5) em operário, popular e popular inferior, na periferia da mancha urbana, registrando a urbanização das franjas e a especulação de terras no entorno dos conjuntos habitacionais já construídos. Visto que é o peso relativo dos indivíduos ocupados em atividades agrícolas e em atividades industriais, com destaque para a construção civil, a indústria tradicional e também os prestadores de serviços não especializados que diferenciam estes tipos, como vimos anteriormente. A sul e sudoeste da Região Metropolitana, o tipo agrícola (7) foi substituído pelo tipo agrícola popular (1), mesmo considerando a estrutura fundiária de engenhos e usinas, ainda em funcionamento na década de 1980. Isso denota que as áreas ao sul começam a expressar, como no norte, o caráter menos exclusivo da cana-de-açúcar e uma maior ligação com

profissões urbanas, não esquecendo que, como no caso anterior (1980), pequenos centros urbanos foram agregados às áreas rurais por necessidade estatística. O desaparecimento do popular agrícola (5) também expressa a consolidação da expansão urbana e da transição rural-urbana. Os primeiros resultados, trabalhados a partir do Censo 2000, confirmam essas tendências.

A complexidade da rede urbana é cada vez maior e suas articulações e dependências se diversificam. Vários processos socioespaciais distintos, simultâneos, complexos e dinâmicos se articulam/sobrepõem, resultando em diferentes possibilidades de produção, consumo e troca. Oposições clássicas como “urbano” e “rural” são relativizadas, na medida em que áreas vêm absorvendo, concomitantemente, usos e atividades rurais (agropecuários) e urbanos (indústrias, comércio, habitação, etc). Os critérios técnicos, legais e administrativos não são as referências mais adequadas para analisar e classificar os espaços de interseção cidade-campo que, em processo de urbanização, aglutinam características das ordens urbanas e/ou rurais, desenvolvendo também outras particulares (híbridas), aqui denominadas rural-urbanas.

As investigações sobre as áreas de transição rural-urbana vêm tradicionalmente privilegiando questões como: 1. as dificuldades quanto ao controle da expansão urbana para além dos limites político-administrativos da cidade; 2. a atração promovida pelas atividades industriais em relação às outras atividades urbanas; 3. as consequências da implantação de grandes conjuntos habitacionais nas periferias; 4. as “atuações” dos agentes envolvidos com a transformação do solo e os mecanismos de sua valorização; 5. a periferização da população de baixa renda, entre diversas.

O contexto metropolitano recifense é marcado pela heterogeneidade dos usos e formas de ocupação, refletindo a distribuição das atividades rurais e urbanas e, também, os condicionantes físico-ambientais. Ainda hoje, com parte significativa de sua área marcada por uma tradição rural, de base econômica vinculada à agro-indústria açucareira e com a presença de propriedades com grandes extensões de terra. As áreas intersticiais da RMR vêm assinalando mudanças, na direção de uma apropriação e produção diversificada de estruturas urbanas. Os últimos cinquenta anos exibiram significativas transformações, tanto

no espaço urbano, quanto no espaço rural metropolitano; contudo, em alguns municípios da RMR, apesar de toda modernização, permanecem posturas herdadas do tempo dos engenhos.⁵ Entre os municípios que mais concentram atividades rurais podemos citar Igarassu, Itapissuma, Araçoiaba, São Lourenço da Mata, Cabo, Jaboatão e Ipojuca.

Dentro desse contexto, os centros mais próximos da capital conseguiram uma relativa independência da cana-de-açúcar, mediante uma crescente diversificação da base produtiva local, decorrente do incremento das atividades referentes ao comércio e aos serviços e à industrialização urbana emergente. Nos municípios mais periféricos, entretanto, essas zonas não conseguem se desenvolver a ponto de absorver significativo contingente da população economicamente ativa. Os migrantes são cada vez menos absorvidos pelos setores secundário e terciário e sobrecarregam as estruturas habitacionais e de serviços a partir de um grande número de loteamentos populares, favelas e até pontas de rua, forma característica de expansão do núcleo urbano nos municípios da Mata Canavieira.

A despeito de refletir algumas tendências gerais como a “dispersão espacial metropolitana”, a produção do espaço na área de transição rural-urbana, a partir de processos de inovação, ocupação precária e urbanização, se desenvolve também enquanto “apropriações circunstanciais” geradas pelos agentes produtores do espaço. Ao assumirem múltiplas funções no contexto da produção do espaço, esses agentes desenvolvem relações dinâmicas, que se concretizam em função de redefinições da divisão econômica e social do espaço local e dos processos espaciais a ela relacionados como o granjismo, a especulação imobiliária e a promoção de loteamentos e condomínios residenciais.

⁵ “As mudanças políticas, as novas formas econômicas e as alterações nas alianças sociais precisaram bater-se contra a inércia, a tradição e os interesses entrincheirados, de modo que a história dos três séculos da era colonial foi essencialmente uma história de persistência, em vez de mudança” (Schwartz, 1988, p. 220).

Na produção do espaço das áreas de transição rural-urbana, destacamos fatores de abrangência e naturezas variadas, que condicionam as formas de atuação dos agentes e mais especificamente a formação dos preços fundiários nos submercados: fatores que afetam as áreas de transição como um todo, referentes à articulação com as redes e macrossistemas de infra-estrutura, localização em relação aos centros próximos e Recife, estrutura da propriedade da terra, legislação e controle urbanístico, que determinam formas de uso e ocupação do solo da área em seu conjunto; e os fatores relacionados diretamente às condições específicas do meio-ambiente, natural ou construído, como, por exemplo, fatores físicos, facilidades de acesso a bens de consumo coletivo, serviços públicos, comércio, áreas de lazer, vizinhança, etc., assim como condições geológicas, geotécnicas e morfológicas do terreno, que determinam singularidades e não permitem a existência de terrenos idênticos. Além dessas condições, é importante levar em conta “variáveis simbólicas e ideológicas” a partir das representações dos habitantes/usuários.

Considerando a importância dessa característica rural do espaço metropolitano, deve-se lastimar que todo o planejamento metropolitano adotou um viés urbanístico para pensar o território. Deixou-se fora do entendimento e da ação toda uma dinâmica que estava ocorrendo no âmbito metropolitano.

Referências

- ALHEIROS, M. M. (1998). *Riscos de escorregamentos na RMR*. Tese de doutorado em Geologia, Instituto de Geociências. Salvador, Universidade Federal da Bahia.
- BACELAR, T. (2000). *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro, Revan, Observatório PE/CMG-UFPE/FASE.
- BOURNE, L. S. (1971). *Internal structure of the city: readings on space and environment*. Nova York, Oxford University Press.
- BRUN, J. e RHEIN, C. (1994). *La Ségregation dans la Ville, concepts et mesures*. Paris, L'Harmattan.

- CARDOSO, A. L. e RIBEIRO, L. C. Q. (1996). *Dualização e reestruturação urbana: o caso do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Observatório de Políticas Urbanas, Ippur, Fase.
- _____ (coords.) (2000). *A municipalização das políticas habitacionais: uma avaliação da experiência recente*. Rio de Janeiro, Fase/ UFRJ/IPPUR. Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal.
- FIBGE (1960, 1970, 1980, 1991, 1996, 2000). *Censos demográficos (estado de Pernambuco)*. Disponível no site www.ibge.gov.br
- _____ (1991-1999). *Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD)*. Disponível no site www.ibge.gov.br
- FIDEM (1998). *Metrópole 2010 – Plano Diretor da Região Metropolitana do Recife*. Recife, Fidem (versão preliminar, mimeo.).
- FOLIN, M. (1977). *La ciudad del capital y otros escritos*. México, G. Gilli.
- GOLLEDGE, R. C. (1960). Sidney's metropolitan fringes: a study in urban rural relations. *Australian Geographer*, n. 7, pp. 243-55.
- GUIMARÃES NETO, L. (2002). *Mercado de Trabalho na Região Metropolitana do Recife*. Banco Mundial/Ipea/Fidem. Recife (versão preliminar e incompleta).
- LACERDA, N.; ZANCHETI, S. e DINIZ, F. (1999). *Planejamento metropolitano no Brasil: uma proposta de conservação urbana e territorial*. Recife (mimeo.).
- LAGO, L. C. do (2000). *Desigualdades e segregação da metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise*. Rio de Janeiro, Revan/Observatório.
- MELO, M. A. B. C. (1995). "A formação socioespacial metropolitana: década perdida? Globalização, crise do Estado e metrópoles no Brasil". In: GONÇALVES, M. F. (org.). *O novo Brasil urbano: impasses/dilemas/perspectivas*. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- MELO, M. L. (1978). *Metropolização e subdesenvolvimento: o caso do Recife*. Recife, Sudene.
- PRETECEILLE, E. (1994). "Cidades globais e segmentação social". In: RIBEIRO, L. C. Q. e JUNIOR, O. S. *Globalização, fragmentação e reforma urbana*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira

- RIBEIRO, L. C. Q. R. (org.) (1996). *A natureza do espaço*. São Paulo, Hucitec.
- SANTOS, M. (1993). *A urbanização brasileira*. São Paulo, Hucitec.
- _____ (2000). *Por uma outra globalização*. São Paulo, Record.
- SCHWARTZ (1988). *Segredos internos*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SOUZA, M. A de A. (s.d.). *Política habitacional e segregação: o caso da Região Metropolitana do Recife*. Recife, Observatório PE, CMG-UFPE – FASE (no prelo).
- _____ (1990). *Assentamentos populares do Recife. Cadastro e mapeamento*. Recife, Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano.
- ZANCHETTI, S. M. e PONTUAL, V. (1991). *O novo padrão de ocupação e construção do espaço do Recife: 1970–1980*. IV ENCONTRO NACIONAL DA ANPHUR. *Anais...* Salvador, Anphur.

Recebido em set./2004.
Aprovado em out./2004.